

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 204 – 21/06 à 25/06/2021

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Fundacentro realiza webinar em Dia Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho](#)

Fundacentro - 25/06/2021

O Seminário Dia Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho será transmitido no dia 27 de julho, das 14h às 16h, no [canal do YouTube fundacentrooficial](#). No webinar, serão discutidas as aplicações da [nova NR 18](#) (Norma Regulamentadora sobre Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção) frente ao GRO (Gerenciamento de Riscos Ocupacionais), regulamentado pela [nova NR 1](#).

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[ISS incide na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta](#)

Supremo Tribunal Federal - 25/06/2021

O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a constitucionalidade da inclusão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). Na sessão virtual encerrada em 18/6, o Plenário, por maioria, negou provimento ao [Recurso Extraordinário \(RE\) 1285845](#), com repercussão geral (Tema 1135).

[Plenário veda extensão de auxílio-acompanhante a todas espécies de aposentadoria](#)

Supremo Tribunal Federal - 22/06/2021

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a impossibilidade de concessão e extensão do “auxílio-acompanhante” para todas as espécies de aposentadoria. Por maioria de votos, o colegiado entendeu que, no âmbito do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), benefícios e vantagens previdenciárias só podem ser criados ou ampliados por lei. A decisão foi tomada do Recurso Extraordinário (RE) 1221446, com repercussão geral (Tema 1095), julgado na sessão virtual encerrada em 18/06.

[Declaração de miserabilidade de empregados não é suficiente para garantir justiça gratuita a sindicato](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 25/06/2021

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho excluiu a concessão do benefício da justiça gratuita conferido ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Caxias do Sul (RS), por falta de prova cabal da alegada insuficiência financeira da entidade. A decisão seguiu a jurisprudência do Tribunal de que a mera declaração de hipossuficiência não é suficiente para a concessão do benefício.

[Presidente da República indica Alberto Balazeiro, procurador-geral do Trabalho, para o TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/06/2021

O procurador-geral do Trabalho, Alberto Bastos Balazeiro, foi indicado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, para ocupar a vaga de ministro do Tribunal Superior do Trabalho aberta em decorrência da aposentadoria do ministro Brito Pereira, em vaga destinada ao Ministério Público do Trabalho (MPT). A Mensagem 295, de 23/6/2021, foi publicada no Diário Oficial da União nesta quinta-feira (24).

[TRT deverá verificar alegação de comprometimento financeiro por culpa do empregador](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/06/2021

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou que o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ) se manifeste de forma expressa sobre a alegação de comprometimento financeiro de um técnico da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Turisrio) de que se comprometeu financeiramente em razão do descumprimento contratual do empregador. Ao indeferir a indenização pedida pelo trabalhador, o TRT não havia se manifestado claramente sobre os empréstimos contraídos por ele em decorrência da supressão de parcelas salariais.

[Prazos processuais ficarão suspensos em julho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/06/2021

Os prazos processuais do Tribunal Superior do Trabalho ficarão suspensos de 2 a 31 de julho de 2021, em razão das férias coletivas dos ministros, previstas no artigo 66, parágrafo 1º, da Lei Orgânica da Magistratura (Lei Complementar 35/1979). Os prazos que se iniciam ou se encerram nesse período ficam automaticamente prorrogados para o dia 2/8, nos termos do artigo 224, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015).

[Ausência de comum acordo impede concessão de medidas emergenciais de proteção contra a covid-19](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 23/06/2021

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso em que o Ministério Público do Trabalho (MPT) buscava o estabelecimento de cláusulas emergenciais de proteção contra a covid-19 para técnicos e auxiliares de enfermagem e empregados em estabelecimentos de saúde do Grande ABC, em São Paulo. A ausência de comum acordo para o ajuizamento do dissídio coletivo, como prevê a Constituição da República, impede o acolhimento da pretensão.

[Mantida condenação de construtora por falta de lugar seguro para descanso de operários em rodovia](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 21/06/2021

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de revista da EZN Construtora e Serviços, de Alfredo Chaves (ES), que buscava reduzir o valor da indenização por danos morais coletivos por não fornecer local seguro para descanso de operários que trabalhavam às margens de uma rodovia. Para o colegiado, o valor, arbitrado em R\$ 150 mil, é razoável e proporcional às circunstâncias do caso.



Notícias do Executivo

[Receita Federal amplia prazo de dispensa de autenticação documental](#)

Ministério da Economia - 25/06/2021

A [Instrução Normativa RFB nº 2.032/2021](#), publicada nesta sexta-feira (25/6), ampliou, até 31 de dezembro de 2021, a dispensa da necessidade de apresentar documentos originais ou cópias autenticadas para solicitar serviços ou prestar esclarecimentos para o atendimento a distância da Receita Federal. A flexibilização das regras é uma das medidas adotadas para minimizar os efeitos da pandemia do coronavírus, reduzindo o ônus financeiro e aumentando o distanciamento social, necessário para a preservação da saúde dos cidadãos.

[SIT realiza evento sobre combate ao trabalho infantil na próxima segunda-feira \(28/06\)](#)

Ministério da Economia - 25/06/2021

Como parte das atividades do Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério da Economia realizará, na próxima segunda-feira (28/06), a partir das 14 horas, o Webinário “A Inspeção do Trabalho no Combate ao Trabalho Infantil”. O objetivo do evento é apresentar as ações desenvolvidas no âmbito da Inspeção do Trabalho, relacionadas com a atividade de combate ao Trabalho Infantil e, sobretudo, sensibilizar o público em geral sobre os malefícios desse tipo de atividade e a necessidade de sua erradicação.

[Câmara aprova Medida Provisória da modernização do ambiente de negócios](#)

Ministério da Economia - 24/06/2021

A Câmara dos Deputados aprovou a [Medida Provisória nº 1040/2021](#) que altera regras de abertura e funcionamento de empresas e de procedimentos para exportação e importação, além de ter um forte impacto na facilidade de se fazer negócios no Brasil e no ranking Doing Business do Banco Mundial. Segundo equipe técnica do Ministério da Economia,

“grande parte das alterações promovidas pelo texto aprovado é positiva, desburocratizante e melhora o ambiente de negócios, especialmente as novas regras para abertura e funcionamento das empresas. Os dispositivos que irão permitir a institucionalização do Portal Único e eliminação do Siscoserv, por exemplo, representam importantes avanços institucionais, inclusive nos aproximando das melhores práticas internacionais”.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT participa da 109ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT](#)

Ministério Público do Trabalho - 24/06/2021

O Ministério Público do Trabalho (MPT) participou da 109ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), a primeira a ser feita de modo virtual em razão da pandemia de Covid-19. Realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) entre os dias 28 de maio e 18 de junho, o evento contou com discussões sobre diversos temas que impactam as relações de trabalho, em especial os reflexos da crise sanitária na vida dos trabalhadores.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[GO: em 2021, 49,43% das cotas para PCDs e reabilitados pelo INSS estão preenchidas, por ação da Fiscalização do Trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 21/06/2021

Graças à ação da Auditoria-Fiscal do Trabalho em Goiás, em 2021 a inserção no mercado de trabalho de Pessoas com Deficiência (PCDs) e/ou beneficiários reabilitados pela Previdência Social alcança 49,43% das vagas da cota legal de 2% a 5% que empresas de qualquer natureza, com cem ou mais empregados, têm que preencher com pessoas que fazem parte desses grupos. A determinação legal de observância a essas cotas está contida no art. 93 da Lei nº 8.213/1991. Em Goiás, são 1.016 empresas obrigadas a cumprir a cota legal de PCDs, respondendo por um total de 14.341 vagas de trabalho. Dessas, 696 empresas cumprem a cota parcial ou totalmente, enquanto 390 a descumprem integralmente.

eSocial

Notícias do e-Social

[CNIS passa por manutenção programada para atualização da nova versão do eSocial](#)

eSocial - 21/06/2021

O CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais) está passando pelo processo de atualização para internalização da nova versão do eSocial (v. S-1.0). Por isso, não será atualizado pelos eventos do eSocial durante o período de manutenção iniciado em 20/06, às 17h44, com previsão de término no dia 05/07. O CNIS seguirá sendo sensibilizado por eventos de outras fontes (GFIP, por exemplo) durante o período de manutenção. Após concluída a manutenção, os eventos que foram transmitidos durante o período da parada serão incorporados à base do CNIS automaticamente, não sendo necessária qualquer intervenção pelos usuários.

Outras Notícias

[Crise provocada por Covid justifica não cumprimento cota de aprendizes](#)

Consultor Jurídico - 27/06/2021

A interpretação de qualquer norma, quando submetida ao Poder Judiciário, deve ser feita com vista à sua finalidade social e a busca pelo resultado que melhor atenda aos direitos fundamentais e princípios constitucionais. Com base nesse entendimento, a juíza Alessandra de Cassia Fonseca Tourinho julgou improcedente ação civil pública do Ministério Público do Trabalho contra uma empresa para pagamento de dano moral coletivo de R\$ 100 mil em razão do não cumprimento da cota de aprendizes.

[Vulnerabilidade social é suficiente para autorizar saque do saldo do FGTS](#)

Consultor Jurídico - 26/06/2021

As situações de extrema vulnerabilidade social, como a das pessoas em situação de rua no momento do requerimento, são suficientes para autorizar o saque do saldo do FGTS e do PIS/Pasep (Tema 280). Esse foi o entendimento da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU) que decidiu, por unanimidade, dar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto do relator, juiz federal Fábio Souza.

[Professora que recusou recolocação após doença não consegue reintegração](#)

Consultor Jurídico - 24/06/2021

Dispensar um funcionário de uma função devido a uma doença, mas preservar o padrão salarial no período de afastamento e ofertar a ele nova colocação, afasta a caracterização de dispensa discriminatória. Assim entendeu a Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) ao indeferir o pedido de uma professora que, ao retornar ao trabalho após tratamento de câncer, não foi reintegrada no cargo de diretora-geral, que ocupava anteriormente, e se recusou a aceitar nova colocação.

[Temporário tem direito a estabilidade em caso de acidente, decide TST](#)

Consultor Jurídico - 23/06/2021

O empregado submetido a contrato de trabalho por tempo determinado goza da garantia provisória de emprego decorrente de acidente de trabalho prevista no artigo 118 da Lei nº 8.213/91. Com base nesse entendimento, o juízo da Subseção Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho negou, por unanimidade, recurso contra acórdão da 2ª Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) que determinou que uma empresa conceda estabilidade a um trabalhador com contrato temporário que sofreu acidente no percurso entre a sua residência e o local de trabalho.

[Julgamento de ADI sobre quórum para aprovação de súmula trabalhista é suspenso](#)

Consultor Jurídico - 22/06/2021

O julgamento no Supremo Tribunal Federal da ação direta de inconstitucionalidade que discute a exigência de quórum qualificado (dois terços) para aprovação ou revisão de súmulas ou enunciados trabalhistas foi suspenso — o ministro Gilmar pediu vista nesta segunda-feira (21/6). O caso estava sendo apreciado pelo Plenário virtual da Corte, em sessão que se encerra na próxima sexta.



Atos Normativos

[PORTARIA SEPEC/ME Nº 4.089, DE 22 DE JUNHO DE 2021](#) (DOU de 23/06/2021 Seção I Pág. 304) - Autoriza a execução das atividades teóricas e práticas dos programas de aprendizagem profissional na modalidade à distância;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 96, DE 21 DE JUNHO DE 2021](#) (DOU de 23/06/2021 Seção I Pág. 305) - Contribuições Sociais Previdenciárias. Base de Cálculo. Remuneração destinada a retribuir o trabalho. Exclusão de valores relativos a coparticipações. Impossibilidade;

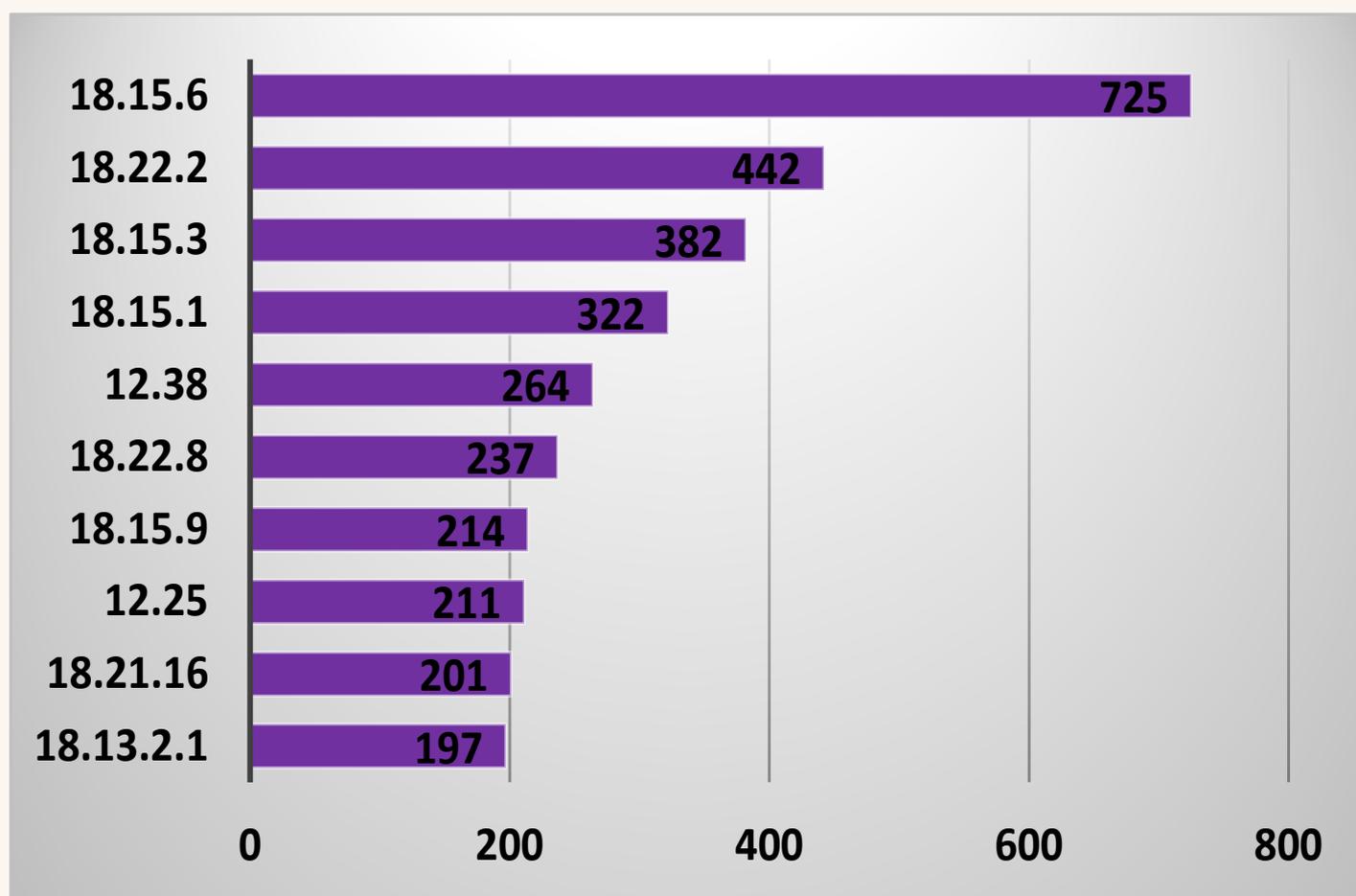
[DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA Nº 295, DE 23 DE JUNHO DE 2021](#) (DOU de 24/06/2021 Seção I Pág. 01) - Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor ALBERTO BASTOS BALAZEIRO, Procurador-Geral do Trabalho, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga destinada a membro do Ministério Público do Trabalho, decorrente da aposentadoria do Ministro João Batista Brito Pereira;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.032, DE 24 DE JUNHO DE 2021](#) (DOU de 25/06/2021 Seção I Pág. 57) - Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.931, de 2 de abril de 2020, que suspende a eficácia do art. 3º da Portaria RFB nº 2.860, de 25 de outubro de 2017, e do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, em decorrência da emergência de saúde pública acarretada pelo coronavírus (Covid-19).



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Interdição” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2021 (jan/abr):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Interdição: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os artigos da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram utilizados para paralisar as atividades de itens encontrados nos canteiros de obra da Indústria da Construção, por ter sido caracterizado “grave e iminente risco” a segurança e a saúde dos trabalhadores, durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações”, “autuações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

18.15.6 Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

18.22.2 Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

18.15.3 O piso de trabalho dos andaimes deve ter forração completa, ser antiderrapante, nivelado e fixado ou travado de modo seguro e resistente.

18.15.1 O dimensionamento dos andaimes, sua estrutura de sustentação e fixação, deve ser realizado por profissional legalmente habilitado.

12.38 As zonas de perigo das máquinas e equipamentos devem possuir sistemas de segurança, caracterizados por proteções fixas, proteções móveis e dispositivos de segurança interligados, que garantam proteção à saúde e à integridade física dos trabalhadores

18.22.8 Toda máquina deve possuir dispositivo de bloqueio para impedir seu acionamento por pessoa não-autorizada.

18.15.9 O acesso aos andaimes deve ser feito de maneira segura.

12.25 Os comandos de partida ou acionamento das máquinas devem possuir dispositivos que impeçam seu funcionamento automático ao serem energizadas.

18.21.16 Os canteiros de obras devem estar protegidos por sistema de proteção contra descargas atmosféricas - SPDA, projetado, construído e mantido conforme normas técnicas nacionais vigentes.

18.13.2.1 As aberturas, em caso de serem utilizadas para o transporte vertical de materiais e equipamentos, devem ser protegidas por guarda-corpo fixo, no ponto de entrada e saída de material, e por sistema de fechamento do tipo cancela ou similar.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula